

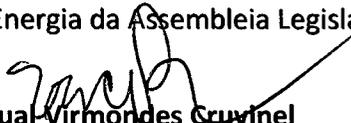
Ata da 27ª Reunião do Fórum Permanente de Assuntos Relacionados ao Setor Energético do Estado de Goiás.

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, com início às nove horas, realizou-se a vigésima sétima reunião oficial do Fórum Permanente de Assuntos Relacionados ao Setor Energético do Estado de Goiás. Devido à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), pela primeira vez o encontro ocorreu de forma remota por meio da plataforma de videoconferência Zoom. A reunião foi promovida pelo dirigente do Fórum e presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Goiás, deputado Virmondes Cruvinel, com a participação e coordenação de pauta da Associação dos Prosumidores de Energia Elétrica – APEEL. A representante da APEEL, Danúsia Arantes, importante e constante colaboradora do Fórum, foi a mediadora e condutora do encontro virtual. Ela aproveitou a oportunidade para destacar que no dia vinte e nove de maio, data deste encontro, comemorase o Dia Mundial da Energia, que tem o propósito de salientar a importância da energia elétrica nas nossas vidas, buscando a conscientização civil e política para o uso racional e sustentável desta. De início, Danúsia apresentou e agradeceu a presença dos três palestrantes do dia: Dra. Maria João C. P. Rolim, presidente da Comissão Especial de Direito da Energia da OAB/SP (2019/2021) e da Comissão de Direito da Regulação Econômica da OAB/MG (2019/2021). PhD em Direito de Energia pelo *Centre for Energy, Petroleum and Mineral Law and Policy* (CEPMLP) da Universidade de Dundee/Escócia. Mestre (LLM) em Direito Europeu pela *London School of Economics* (LSE) e mestre em Direito Econômico pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos e em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG); Virmondes Cruvinel Filho, professor universitário, procurador estadual licenciado, vereador em Goiânia por três mandatos e atualmente em seu segundo mandato como deputado estadual pelo partido Cidadania; e Luana Rosa Lino Silva, engenheira representante da WEG S.A., multinacional brasileira que tem contribuído consideravelmente com o desenvolvimento do mercado do setor de energia renovável, sobretudo o da cadeia solar fotovoltaica. Conforme Danúsia, a reunião foi organizada no sentido de desenvolver um debate sobre o cenário atual do setor energético brasileiro a partir de três perspectivas, cada qual de um palestrante, conforme a sua área de atuação. Apesar do momento delicado de pandemia e de crise, optou-se por uma perspectiva de esperança para a discussão. As abordagens foram orientadas para se voltarem, em especial, às fontes renováveis de energia, seus desafios, impactos e oportunidades e ao advento de um agente denominado prosumidor (produtor e consumidor de energia). Dra. Maria João Rolim foi a primeira palestrante, com abordagem direcionada ao Direito e ao marco regulatório do setor. Segundo a doutora, em termos de tendências pré-covid, o cenário nacional vinha em um processo lento e sofrido de revisão da Resolução 482/2012 da ANEEL, referente às regras de geração distribuída, e a nível mundial, de um aumento acelerado e

expressivo das renováveis nas matrizes energéticas, devido a uma menor demanda pelo óleo e à própria prioridade que alguns países já têm pelo *grid*. De acordo com dados repassados pela palestrante, na Alemanha, por exemplo, houve um crescimento de cinquenta e dois por cento das renováveis na matriz. Na Espanha, setenta e dois por cento de incremento da solar. No Brasil, do mesmo modo, foram constatados acréscimos, especialmente na cadeia solar. O momento pré-pandemia vinha, portanto, bastante favorável às renováveis. No entanto, Maria Rolim alertou que devemos tomar cuidado para que essa positiva tendência não seja algo meramente temporário, como já visto em outras crises. Segundo ela, se neste momento não forem tomadas ações efetivas para se remodelar o futuro, o que se terá é uma volta gradual à economia fóssil, ao padrão usual, por diversos motivos, mesmo porque os preços do carvão e do óleo também caíram, tornando-os igualmente atrativos sob certo ponto de vista. Em relação à situação atual, com o impacto da crise, viu-se tanto a redução da economia mundial, quanto a redução da emissão de gases poluentes. Este último efeito acabou sendo um aspecto positivo. Já no contexto de busca de uma recuperação ágil e eficaz da economia, a doutora mencionou o relatório lançado recentemente pela *International Renewable Energy Agency* – IRENA, em resposta à COVID-19. O documento, fundamentado na promoção das renováveis e alinhado à sustentabilidade, abrange recomendações e ações para uma nova política que realmente priorize a inserção e a consolidação do uso das energias renováveis, transitando naturalmente pelo Direito e pela regulação do setor. O momento que passamos, conforme a doutora, apesar de todo sofrimento, pode representar uma oportunidade única de construir um futuro baseado em sustentabilidade. Nunca tivemos uma parada mundial nesta escala e intensidade. Mas essa passagem tem que ser conduzida não com a ansiedade de voltar para o que era antes, mas com a vontade de mudar e aprimorar o futuro. Com relação ao Brasil, ela destacou a necessidade de retornar a discutir a pauta da geração distribuída, de uma maneira sensata e produtiva, com a intenção de construir um setor efetivamente sustentável. Para tanto, não basta ter fontes renováveis, é preciso pensar na sustentabilidade do conjunto como um todo, da geração à distribuição, incluindo os serviços ancilares, fundamentais para o bom funcionamento, para a qualidade e a segurança do sistema. Acrescentou ainda que uma possível corrida de mudança do consumidor cativo, típico brasileiro, para prossumidor deve ser acompanhada de uma atenção e cuidado especial em relação à sustentabilidade da própria distribuição, de forma a evitar, na realidade, a difusão de um consumidor *off-grid*, isolado, não conectado e, a seu ver, não vantajoso à estrutura. O ideal é que os dois integrantes, distribuidora e prossumidor, não sejam considerados concorrentes, e sim coparticipantes e colaboradores benéficos e beneficiários de um sistema estável, integrado e compensador. O deputado Virmondés Cruvinel foi o seguinte a discorrer sobre o assunto. Agradeceu, em nome da Assembleia Legislativa de Goiás e da Comissão de Minas e Energia, a oportunidade de fortalecer a união e a parceria com os participantes do Fórum, que reúne representantes do Governo, do setor elétrico, de entidades fiscalizadoras, de instituições acadêmicas, de associações e da sociedade civil.

Ressaltou o trabalho do Fórum que vem propiciando importante diálogo, conhecimento e atualização. Conforme o parlamentar, a defesa da inserção das energias renováveis e da viabilização de um sistema híbrido em Goiás tem sido conduzida de forma madura, prática e respeitosa, procurando fomentar e agregar as múltiplas fontes de energia, em especial, as fontes renováveis. No âmbito legislativo, salientou o compromisso de trabalhar a pauta, procurando revisar, atualizar e aprimorar a legislação relacionada ao assunto, além de avaliar e fiscalizar as ações do executivo e do próprio setor de energia com o intuito de seguir cobrando uma postura sempre transparente e coerente do poder público. Ao comentar sobre o momento atual, recordou que enfrentamos uma crise no setor energético há pouco tempo e destacou o problema da inadimplência que subiu para cerca de doze por cento. Para ele, questão preocupante, sobretudo nesta situação de crise e desemprego em que vivemos, dada a possibilidade de aumento de tarifas. Conforme o deputado, principalmente neste momento de crise de saúde, de crise econômica e inclusive de crise política, temos que manter o foco para tirar os posicionamentos político-partidários da discussão, “porque a nossa bandeira, o nosso partido, se chama energia renovável”. Finalizando, enfatizou o suporte dado pelo Fórum ao desenvolvimento do setor energético de Goiás, particularmente na diminuição dos entraves burocráticos e no destravamento do licenciamento por meio de um diálogo efetivo com as Secretarias. A última palestrante foi a engenheira Luana Rosa Lino, mas que devido a falhas técnicas acabou falando somente após um breve e oportuno momento aberto a questionamentos e respostas, quando em seguida, foi resolvida a questão de seu áudio. Segundo Luana, o Brasil, mesmo com a atual crise da COVID-19, vinha, na realidade, se recuperando de uma crise econômica e política passada. A expectativa do mercado empresarial é que ao passar da pandemia a matriz energética e os investimentos com infraestrutura voltem a níveis normais ou um pouco mais acelerados por causa da pausa que estamos vivendo neste período. A respeito da matriz energética brasileira, de acordo com a engenheira, sabemos que nossa matriz hoje é dependente da energia hidráulica, até mesmo por uma questão de estoque e segurança. Sabemos também que temos espaço para todas as fontes de energia, e com a abertura da tarifa branca a todos os consumidores a partir deste ano, a tendência é que se tenha um aumento considerável do consumidor-produtor (prossumidor) de energia e, assim, uma maior procura por novas tecnologias, principalmente das fotovoltaicas e dos inversores híbridos. Luana ressaltou que é interessante que esse consumidor entenda a importância não só de gerar sua energia, mas de escolher a bandeira tarifária da qual vai participar. Completando, a palestrante falou sobre a WEG, empresa a qual representa, que recentemente fez um grande investimento, comprando uma empresa americana voltada a baterias (*Monolithic Power Systems – MPS*), devido à busca mundial das tecnologias híbridas, relevantes no sistema *on-grid* onde consumidores-produtores de energia se encontram conectados à rede coletiva. Neste caso, o prossumidor escolhe o momento mais adequado e vantajoso do dia para usar a energia vinda do sistema externo geral ou a do seu sistema interno individual, ou seja, da

sua própria bateria de armazenamento energético. Assim, a empresa está trazendo para o mercado tecnologias híbridas na parte de inversores de frequência direcionadas a um sistema *on-grid*, por acreditar em um futuro energético colaborativo e devido à própria malha estrutural que o país já possui. Para ela, o futuro das renováveis é agora e não daqui a dez anos como frequentemente se fala. A WEG também vem investindo em usinas de resíduos sólidos, usinas eólicas e plataformas mistas, principalmente no meio rural, além de dar consultoria na área. Nas considerações finais, a mediadora Danúsia Arantes agradeceu a participação de todos e a colaboração dos palestrantes, dizendo que a reunião proporcionou a discussão de assuntos pertinentes e lições que nos ajudam a pensar e a planejar o futuro, podendo ser traduzidas em planos de ações para a própria APEEL, Associação recém criada dos Prossumidores de Energia Elétrica, da qual ela faz parte. Aproveitando a oportunidade, o deputado Virmondês fez o convite para que a APEEL faça parte do Fórum de forma constante e respondeu um questionamento direcionado a ele sobre a participação tímida e distante do município de Goiânia no contexto das energias renováveis. Para ele, percebe-se certa omissão da capital nesse assunto, apesar do valor intrínseco das energias renováveis no debate sobre cidades inteligentes e sobre outras formas de avançar o urbano. Adicionando, evidenciou a pauta do empreendedorismo e concluiu dizendo que o canal gerado pelo Fórum é de suma importância, proporcionando ouvir demandas e sugestões, que são sempre bem-vindas. O último questionamento da reunião foi feito à Dra. Maria João Rolim, com o objetivo de saber, na opinião dela, qual é o maior entrave para o desenvolvimento das energias renováveis e para o prossumidor no Brasil, e o que falta para chegarmos aos níveis dos países líderes do setor, já que temos condições favoráveis às fontes renováveis. Para ela, é difícil eleger um entrave, pois, na prática, é um conjunto de ações que devem ser observadas e feitas. Hoje, no entanto, focaria em destravar a questão tributária, já que cerca de quarenta e cinco por cento da nossa tarifa é de tributos e encargos. Tal destrave, liberaria recursos para todas as áreas vinculadas, tecnológica, mercadológica à energética. Outra questão pontuada pela doutora está relacionada à importância da coordenação institucional, do planejamento central efetivo e transparente, porque, segundo ela, se cada órgão olhar só para uma parte do problema, não iremos avançar, uma vez que se trata de uma cadeia interligada e dependente. Não adianta, por exemplo, falar em cidade inteligente, em carros elétricos, sem ter uma infraestrutura ligada a diferentes setores que viabilize isso. Encerrando o debate, Danúsia, que também é professora, enfatizou o desejo, a necessidade e a grande responsabilidade de nós atores, consumidores, prossumidores ou profissionais da área de manter esse debate, fomentando a educação social em alternativas energéticas renováveis e, conseqüentemente, em sustentabilidade econômica e social. Para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Goiás.



Dep. Estadual **Virmondês Cruvinel**
Presidente da CME